

Colonialidade do Poder, Colonialidade do Saber e Oligopólios de Comunicação de Massa

Isadora Gonçalves França

Doutoranda em História Comparada no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ).

Resumo

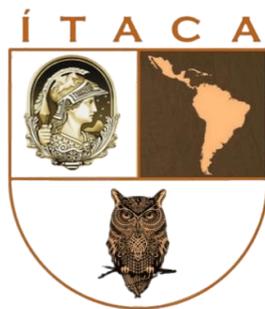
Neste ensaio, abordo as ideias de Colonialidade do Poder e Colonialidade do Saber para refletir sobre os oligopólios de comunicação de massa e seu jornalismo corporativo. Coloco essas instituições em evidência, fazendo um exercício comum das perspectivas decoloniais que é situar o hegemônico a fim de empregar estas estruturas como objeto de estudo e observação. Concluo trazendo a ideia de transmodernidade de Enrique Dussel para contexto jornalístico, como uma alternativa possível ao fazer jornalístico hegemônico.

Palavras-Chave: Colonialidade do Poder; Colonialidade do Saber; Epistemicídio; Oligopólio de Comunicação de Massa; Jornalismo corporativo.

Abstract

In this essay, I address the ideas of Coloniality of Power and Coloniality of Knowledge to reflect on mass communication oligopolies and their corporate journalism. I put these institutions in evidence, making a common exercise of decolonial perspectives which is to situate the hegemonic in order to employ these structures as an object of study and observation. I conclude by bringing Enrique Dussel's idea of transmodernity to the journalistic context, as a possible alternative to hegemonic journalistic practice.

Keywords: Coloniality of Power; Coloniality of Knowledge; Epistemicide; Mass Communication Oligopoly; Corporate journalism.



Introdução

Neste ensaio, abordo as ideias de Colonialidade do Saber e Colonialidade do Poder, através dos artigos escritos por Aníbal Quijano (2005) e Ramón Grosfoguel (2016). Não obstante, recorro também a textos e ideias de outros autores decoloniais, tais como Enrique Dussel (2005) e Boaventura de Sousa Santos (2009). O intuito principal é levantar uma reflexão sobre empresas de jornalismo corporativo, a fim de tentar entender seu funcionamento e por que essas estruturas de comunicação praticam ou estão impregnadas dessas Colonialidades.

Empresas de jornalismo corporativo seguem a lógica da Colonialidade do Poder e Colonialidade do Saber por que nasceram e se mantiveram dentro do modelo hegemônico eurocentrista. Seu desdobramento em oligopólios de comunicação de massa caminhou lado a lado com o desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil, um sistema gerado no seio do colonialismo.

Considerando que jornais são um meio através do qual empresas capitalistas de comunicação anunciam e propagam sua visão de mundo, financiados por outras empresas, que pagam pela propaganda feita nos jornais, refletiremos esses oligopólios através da lente decolonial.

Colonialidade do poder e colonialidade do saber

Antes de mais nada, precisamos entender o que são as Colonialidades do Poder e do Saber que atravessam a teoria decolonial, ou a quê nos referimos quando empregamos esses termos.

Quem primeiro cunhou o termo Colonialidade do Poder foi o sociólogo Aníbal Quijano, que retomou a ideia de Colonialidade, já formulada anteriormente por Immanuel Wallerstein (1992). Porém, muito antes dos termos *Colonialidade* ou *Colonialidade do Poder* serem articulados por esses autores, já existia uma enorme gama de sociólogos, historiadores, cientistas políticos e autores de variadas outras áreas que pensaram e produziram obras que podem ser consideradas decoloniais, como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Angela Davis, bell hooks e, para citar autores brasileiros, Beatriz do Nascimento, Lélia Gonzáles, Sueli Carneiro, Abdias do Nascimento (BERNARDINO-COSTA; GROSGOQUEL, 2016).

Aqui, nos interessam as ideias de Colonialidade do Poder, articulada por Quijano (2005) e a ideia surgida posteriormente de Colonialidade do Saber, a partir



da abordagem de outro autor decolonial, Ramón Grosfoguel (2016). Aníbal Quijano chama de Colonialidade do Poder a herança do projeto colonialista engendrado pelos europeus, durante a conquista das Américas e África. A Colonialidade do Poder está presente atualmente em nossa sociedade, definindo relações, moldando instituições e estruturas, e até mesmo dominando nossos modos de pensar e enxergar o mundo à nossa volta.

Segundo o sociólogo, a ação colonial se sustentou em dois pilares principais, a criação da ideia de raça, sendo utilizada para classificação da humanidade, e a articulação de todas as formas de trabalho, dos recursos e produtos gerados por essas formas, em torno de um mercado mundial e de um sistema gerado a partir mesmo do colonialismo, o sistema capitalista. Esses dois eixos foram determinantes para a criação de um novo padrão de poder mundial que deu início à Modernidade.

A criação da ideia de raça e a classificação da humanidade através dessa ideia foi o que gerou a diferenciação dos seres humanos em duas categorias: conquistadores e conquistados. Fundados numa suposta estrutura biológica, milhares de pessoas foram determinadas como *naturalmente* inferiores em relação a outras. Posteriormente, colonizadores classificaram como *cor* a característica que representaria a categoria racial, assim, a partir da *cor* das pessoas seria possível determiná-las como conquistadores/conquistados, superiores/inferiores, humanos/não humanos, racionais/irracionais e assim por diante.

A construção de relações sociais baseadas na ideia de raça produziu na América (primeira *id-entidade*¹ do mundo moderno/colonial) novas identidades sociais como *indígenas*, *negros* e *mestiços*, além de redefinir outras já existentes, como por exemplo, *espanhol*, *português* e o próprio *europeu*, que antes da conquista das Américas, eram denominações utilizadas apenas no sentido de se referir ao país de origem de uma pessoa ou à sua região geográfica.

As novas identidades surgidas com o colonialismo serviram para articular uma configuração hierárquica e relações de dominação ligadas às posições, papéis

1 Utilizamos o termo *id-entidade* fazendo referência ao artigo “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, do sociólogo Aníbal Quijano. No artigo de Quijano, o autor utiliza o termo *id-entidade* para se referir principalmente à constituição dos novos continentes, América, Europa e África, na formação do mundo moderno/colonial.



e lugares sociais de cada raça. Assim, como afirma Quijano (2005), “raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2005, p. 117). Uma raça superior (espanhóis, portugueses, europeus) podia dominar raças determinadas por colonizadores como inferiores (indígenas, negros e mestiços). Nesse sentido, brancos estavam em posições de privilégio, eram os conquistadores, dominadores, enquanto seres humanos de todas as outras cores estavam abaixo, podendo ser dominados e explorados.

Raça passou a determinar a natureza dos papéis e lugares de cada pessoa na nova ordem mundial, dessa forma, indígena era associado a uma função, como a servidão² por exemplo, negro foi associado à escravidão, brancos (a princípio espanhóis e portugueses, posteriormente europeus como um todo) foram associados a funções e cargos altos na administração colonial, estes podiam receber salários e também exercer profissões independentes como comerciantes, artesãos ou agricultores (QUIJANO, 2005). Formas de trabalho novas e antigas em todo mundo colonizado foram articuladas simultaneamente a um mesmo espaço/tempo e passaram a girar em torno do capital e dentro de um mercado de alcance mundial.

A conquista da América e o controle do trabalho e dos produtos nesse continente juntaram-se a uma posição privilegiada da Europa no Atlântico, que passou a possuir o comando de uma vasta rede de intercâmbio que incluía diversos países. Assim, os colonizadores europeus conseguiram concentrar em suas mãos o controle do capital comercial mundial, do trabalho e dos produtos e recursos no mercado mundial. Essa distribuição geográfica (até os dias atuais) determinou a “geografia social do capitalismo”, com a Europa no centro dessa geografia.

A constituição da Europa, e posteriormente da Europa Ocidental como *identidade* geocultural e centro do mundo capitalista, propiciou a criação de uma perspectiva eurocêntrica do conhecimento. Uma região e uma identidade historicamente nova com o controle do mercado mundial, sendo também o centro e a sede desse mercado. Esta perspectiva embasou a criação, naturalização e universalização da ideia de raça e seu papel na classificação e hierarquização da

2 A monarquia imperialista espanhola, sob o comando da Coroa de Castela, após 60 anos (1492-1552) decidiu, no julgamento de Valladolid, que os não escravizar os indígenas após concluírem que eles possuíam alma, portanto, apesar de serem considerados bárbaros que deveriam ser cristianizados, eles não poderiam ser escravizados. Dessa maneira a “raça” índio não foi associada ao trabalho escravo, diferente da “raça” negro.



humanidade através das relações de dominação entre europeus e não-europeus. A dominação exercida com a Colonialidade do Poder foi transferida para um nível epistêmico, dando ensejo para o surgimento da Colonialidade do Saber.

Tudo isso é importante para entendermos como surgiu uma subjetividade diretamente relacionada à modernidade que entende a Europa como o centro do mundo e a região mais moderna e tecnológica existente. A nova *id-entidade* Europa e sua pretensão universal gerou uma inter-subjetividade com alcance mundial que se tornou a parte epistêmica deste padrão capitalista de poder mundial.

Com a concentração de ouro e metais preciosos nas mãos dos colonizadores e a posição estratégica da Europa como rota dessas riquezas, este continente passou a ter o poder de impor sua episteme colonialista a todas as outras regiões do mundo. A Europa, centro do mundo ocidental, passou a ter o poder de determinar a subjetividade de todo o restante do mundo. Como afirma Dussel, “Esta *Europa Moderna*, desde 1492, ‘centro’ da História Mundial, constitui, pela primeira vez na história, a todas as outras culturas como sua ‘periferia’” (DUSSEL, 2005, p. 27, grifo do autor). Novas *id-entidades* culturais foram constituídas em sua “periferia”, todas as regiões do mundo passaram por um processo de “re-identificação histórica”, surgindo, assim, Ásia, África e Oceania.

Histórias, povos, experiências, recursos e produtos, culturas inteiras foram agregados a um único mundo dominado pela Europa, causando uma nova configuração intersubjetiva. A Europa passou a ter sob seu controle e hegemonia não apenas todas as formas de trabalho, seus produtos e recursos, como também todas as formas de subjetividade, de cultura, de conhecimento e sua produção. O fato de o colonialismo europeu ter conseguido alcançar e afetar todos os âmbitos da vida dos diversos povos do mundo caracteriza o surgimento desse novo padrão mundial de poder dominado pela Europa (QUIJANO, 2005).

Quijano cita três passos percorridos pelos colonizadores para que essas novas identidades culturais fossem formadas

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. (...) Em terceiro lugar, forçaram – também em medidas variáveis em cada caso – os colonizados a



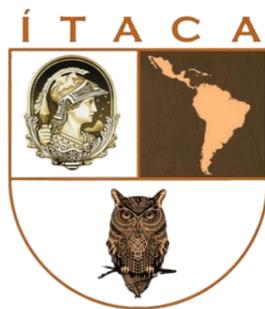
aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa. (QUIJANO, 2005, p. 121)

Esse processo se configurou numa “colonização das perspectivas cognitivas” e parte do projeto da Europa de se transformar no centro do moderno sistema-mundo. Foi um projeto Eurocentrista que se formava então, com o traço particular da classificação da humanidade pela ideia de raça. Os europeus se designaram como *naturalmente* superiores aos demais povos do mundo, sua história, sua cultura, seu conhecimento e sua forma de produzir conhecimento deveriam ser impostos a todos os outros povos, a despeito de suas diferenças e complexidades. Sua superioridade estava baseada na força e tentativa de homogeneização dos territórios conquistados.

Uma das características dessa nova subjetividade hegemônica foi a elaboração, pelos europeus, de uma perspectiva temporal da história. A Europa e tudo o que ela representa se transformou no ponto mais civilizado da humanidade, o ponto de chegada de uma linha evolutiva que partia das regiões e povos colonizados, sendo estes os menos civilizados e mais primitivos. Os europeus re-situaram os povos colonizados (inferiores, atrasados) em uma nova história e cultura que culminavam na Europa como centro da tecnologia e modernidade mundial (QUIJANO, 2005). Essa perspectiva histórica se sobrepôs a todas as outras formas de conhecimento e de produção de conhecimento de todos os outros lugares do mundo.

Enrique Dussel (2005) aborda a questão da modernidade dando a ela dois sentidos, um deles eurocêntrico, provinciano e regional que elucida com bastante clareza a representação de uma linha evolutiva na qual a modernidade corresponde à emancipação ou libertação do primitivismo. Nesse primeiro sentido, essa modernidade representa uma “evolução” que parte de um ponto de imaturidade, pelo esforço da razão e da crítica, proporcionando à humanidade um novo desenvolvimento. Este “desenvolvimento humano”, processo que se observa com a saída do estado de selvageria e entrada num estado de razão, culminaria na Europa (DUSSEL, 2005).

Assim, modernidade e racionalidade foram imaginadas como produtos exclusivamente europeus. A partir disso, o mundo foi re-configurado em novas



categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno, Europa-não Europa.

A transferência do modelo eurocêntrico de governo, Estado, cultura, formas de conhecimento afetaram de diferentes maneiras os países colonizados, dadas suas heterogeneidades. Até nos dias atuais, conseguimos ver esses efeitos; as empresas de jornalismo corporativo se desenvolveram nesses moldes.

Mesmo com o fim do Colonialismo e a independência dos territórios outrora colonizados, a transferência de um modelo de Estado Europeu para esses países deixou a marca da sua colonialidade, usada ainda hoje contra a maioria da população, isto porque, nos diferentes países, a independência se deu pelas mãos dos brancos, a despeito da população indígena, negra, mestiça dessas regiões.

Num artigo publicado em 2016, Ramón Grosfoguel fez uma análise histórica do conhecimento perpetuado pela Colonialidade do Saber dentro das universidades modernas que, segundo o sociólogo, são estruturas ocidentalizadas. Grosfoguel explicita que a lógica cartesiana do “*penso, logo existo*”, formulada na Europa, esconde e se edifica em cima do genocídio e epistemicídio de diferentes populações ocorrido durante o “longo século XVI” (1450 – 1650). São quatro os genocídios/epistemicídios que fundaram a modernidade e que dominam atualmente o conhecimento nas universidades ocidentalizadas: 1) o genocídio/epistemicídio ocorrido com a conquista de Al-Andalus e cristianização de muçulmanos (em mouriscos) e judeus (em marranos); 2) o genocídio/epistemicídio ocorrido com a conquista das Américas, assassinio e conversão de indígenas; 3) o genocídio/epistemicídio ocorrido com a conquista do continente africano e a escravização destes povos nas Américas e, por último, 4) o genocídio/epistemicídio ocorrido na inquisição da Igreja Católica e a queima de mulheres vivas em fogueiras.

A crítica feita por Enrique Dussel à lógica cartesiana do “*penso, logo existo*” transfere ao homem o olho onipresente de Deus e desliga a razão, o pensamento, das experiências concretas do corpo físico. Segundo essa lógica, todo conhecimento produzido está ligado apenas à razão; esta não perece ou morre. Experiências vividas pelo corpo físico, conectadas ao espaço/tempo que este corpo ocupa, não influenciariam na produção de conhecimento. Acontece que o único pensamento considerado onipresente ou universal foi (e ainda é) o pensamento de



homens brancos da região norte-cêntrica do planeta. Assim, o conhecimento produzido em apenas uma região do mundo poderia ser considerado universalmente válido, possuindo legitimidade para ser ensinado e aprendido em todas as outras regiões.

Esta é a lógica que determina as regras de como o conhecimento deve ser produzido nas universidades do mundo moderno. O pensamento de homens brancos de apenas cinco países (Itália, Alemanha, França, Estados Unidos e Inglaterra) é tido como válido dentro dessas instituições. Essa atitude eurocêntrica soa, no mínimo, como atrasada quando admitimos que todo conhecimento é produzido com base em experiências sócio-históricas concretas e na concepção de mundo de espaços e corpos particulares e diferentes entre si. A crítica estabelecida por Dussel, baseada na lógica cartesiana do “*penso, logo existo*”, se dá na medida em que se reconhece que isso só foi possível após 150 anos de “*conquisto, logo existo*” (GROSFOGUEL, 2016).

A segunda crítica que guia o raciocínio de Grosfoguel é aquela suscitada por Boaventura de Sousa Santos em relação às estruturas de conhecimento hegemônicas que ignoram epistemologias produzidas a partir do Sul, tratando como válidas apenas aquelas produzidas na região norte-cêntrica, mais especificamente pelos cinco países já citados: Itália, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra e França.

O que acontece quando um ou mais saberes ou estruturas de saberes são ignorados é esse processo de epistemicídio, ou seja, o assassinato dos conhecimentos produzidos por determinados grupos não-hegemônicos. Esse é um processo de cunho político e cultural que age destruindo não só conhecimento produzido por grupos subalternizados, mas a possibilidade de que descendentes desses grupos possam ter acesso a memórias ancestrais, por exemplo. O epistemicídio é executado também como uma forma de manter e aprofundar a subordinação de grupos minoritários.

A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais. Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais tem gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo. (GROSFOGUEL, 2016, p. 25)



Em outras palavras, a Colonialidade do Saber funciona impondo um parâmetro da produção de conhecimento nas universidades ocidentalizadas. A estrutura do conhecimento moderno teve sua legitimidade arquitetada em cima dessa lógica racista e sexista. Conhecimentos de origem popular, indígena, negra sofrem epistemicídio não só nas universidades, mas em qualquer instituição erguida e mantida pelos postulados ocidentais. Oligopólios de comunicação de massa fazem parte desse grupo, perpetuam através do seu discurso a lógica imperial/colonial/patriarcal e ignoram quaisquer discursos produzidos fora do eixo Norte-cêntrico ou narrativas que desafiam o sistema capitalista. Oligopólios de comunicação são estruturas que ajudam a manter o *status quo* moderno-colonial.

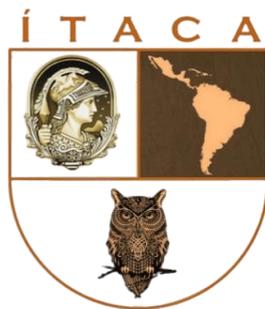
Os jornais corporativos

Isso acontece porque essas empresas de comunicação nasceram e se desenvolveram junto com o sistema capitalista, se unindo a esse sistema e seguindo os moldes da empresa colonial. Oligopólios de comunicação nada mais são do que empresas capitalistas que fazem da notícia um negócio lucrativo.

A concentração dos veículos de comunicação (rádios, jornais impressos, revistas, telejornais, sites de notícia on-line e, mais atualmente, as plataformas streaming), da diversidade de suportes e de capital nas mãos de poucos empresários dá aos “donos da mídia” um amplo poder de alcance dos seus discursos, sem garantir, no entanto, que narrativas alternativas possam ter o mesmo espaço ou tempo de tela. Estamos falando de uma característica herdada do modelo colonialista, é um traço peculiar da Colonialidade do Poder.

No Brasil as cinco maiores redes privadas de televisão, Globo, SBT, Record, Band e Rede TV agregam redes nacionais de rádio e jornais impressos espalhados por todo território nacional. Além da grande quantidade de veículos associados às grandes empresas de comunicação no Brasil, a diversidade dos suportes proporcionam um maior acesso da população ao que é transmitido por essas empresas (...). A classe política, por sua vez, também encontra representatividade na grande mídia. No Brasil uma considerável parcela dos governantes políticos são sócios ou diretores de empresas de radiodifusão. Ainda que proibido por lei, prefeitos, deputados, governadores e senadores possuem vínculo direto e oficial com os meios de comunicação o que, conseqüentemente, permite a eles ter uma relação direta com o eleitorado. (FRANÇA, 2021, p. 119)

Essa concentração suprime narrativas divergentes e define não só o discurso através do qual um evento será narrado, mas também quais acontecimentos devem estar em destaque e quais não devem. Perspectivas *outras* sofrem epistemicídio



nesses canais de informação. O fato de apenas perspectivas neoliberais ou capitalistas conseguirem alcance nacional determina a concepção de mundo que, majoritariamente, é passada para a população. Isso nos mostra o quanto essas empresas estão impregnadas na Colonialidade do Saber.

Essas empresas de comunicação se anunciam como fiéis à realidade. Segundo seus princípios, suas notícias transmitem a verdade do acontecimento com imparcialidade e neutralidade. Imparcialidade e neutralidade são mitos propagados através do eurocentrismo. Diante disso, nos cabe perguntar: a qual realidade essas empresas são fiéis? Qual verdade suas notícias anunciam? A linguagem supostamente objetiva do discurso jornalístico desses oligopólios omite tanto a subjetividade dos jornalistas que trabalham para essas empresas, quanto a subjetividade dos seus donos.

Para Noam Chomsky, a propaganda é um instrumento usado para “construir consenso” da opinião popular. Segundo essa tese, nós não vivemos em uma democracia em que a população “dispõe de condições de participar de maneira significativa na condução de seus assuntos pessoais e na qual os canais de informação são acessíveis e livres” (CHOMSKY, 2019, p. 9). Vemos exatamente isso quando, ao investigar os proprietários desses oligopólios de comunicação, percebemos que todos eles seguem as regras ocidentais de como produzir conhecimento ou de que tipo de conhecimento deve ser transmitido, seus discursos se unificam dentro dos parâmetros ocidentais (capitalistas, brancos, cristãos e, por fim, coloniais). Essa concentração do poder de noticiar nas mãos de poucas empresas de mídia limita ou coíbe a pluriversidade de vozes e narrativas alternativas nesses meios de comunicação. A unicidade do discurso jornalístico nos prova o quanto a grande mídia está oligopolizada e concentrada nas mãos de poucos empresários.

Conclusão

As produções de conhecimentos alternativos ao hegemônico são constantemente asfixiadas. Uma asfixia que se dá ora pela deslegitimação de conhecimentos *outros*, que não estejam em pleno acordo com as teorias brancas,



eurocentradas e colonialistas, ora pelo controle da subjetividade das pessoas, como fazem os oligopólios de comunicação de massa.

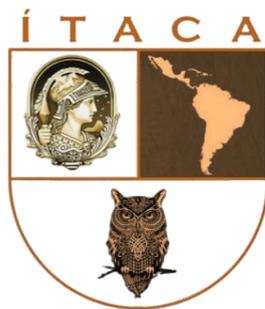
Uma saída possível e alternativa à Colonialidade do Saber e à Colonialidade do Poder é trazida por Enrique Dussel, através da ideia de transmodernidade, que implica uma desintoxicação das formas modernas/coloniais de enxergar o mundo e viver nele. Isso requer lembrar que, mesmo com todo o impacto da colonização, as populações violentamente ocupadas não desapareceram completamente. Suas tradições culturais, suas epistemologias continuaram a existir, com a tradição cultural e epistemologia dominante, é verdade, mas, ainda assim, continuaram a existir. A modernidade eurocêntrica não conseguiu, em nenhum dos territórios colonizados, destruir completamente essas populações, mas conseguiram manter uma *exterioridade relativa* a essa modernidade: “É esta exterioridade relativa que, de acordo com Enrique Dussel, propicia esperança e possibilidade de um mundo transmoderno: ‘um mundo onde muitos mundos são possíveis’, para usar o slogan zapatista” (GROSFOGUEL, 2016, p. 44).

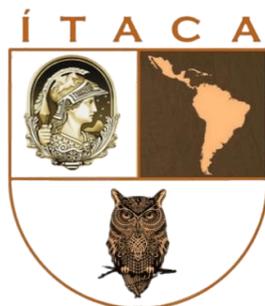
A desintoxicação da modernidade eurocêntrica demanda a interrupção do epistemicídio e a valorização de outras formas de produção de conhecimento. Requer sair da zona de conforto do universalismo e o reconhecimento de que o “penso, logo existo” só foi possível perante o assassinato e subjugação de milhares de corpos e do conhecimento que esses corpos carregavam. Demanda, além disso, o esforço de coexistir no mundo com o *outro*, abandonando a velha ideia da diferença como algo negativo. Romper o epistemicídio, a Colonialidade do Saber e do Poder é necessário para criar uma tradição epistêmica que não seja excludente ou que não caia na armadilha dos projetos e estruturas de poder da Modernidade eurocêntrica. Para Dussel, a transmodernidade implica um mundo em que

(...) a razão moderna é transcendida (mas não como negação da razão enquanto tal, e sim da razão eurocêntrica, violenta, desenvolvimentista, hegemônica). Trata-se de uma ‘Trans-Modernidade’ como projeto mundial de libertação em que a Alteridade, que era co-essencial à Modernidade, igualmente se realize. (DUSSEL, 2005, p. 29)

No contexto dos oligopólios de comunicação de massa, a transmodernidade implica a completa descentralização dos meios de comunicação e a abertura para vozes e perspectivas alternativas à hegemônica, dando espaço à pluriversidade não apenas dos discursos, mas também das epistemologias, em detrimento da universalidade de paradigmas que hoje impera no discurso da grande mídia. Além

disso, implica que esses oligopólios abandonem, de uma vez por todas, a ideia de neutralidade e se posicionem abertamente, se localizem e se situem politicamente no mundo.





Bibliografia

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOQUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00015.pdf>>.

Acesso em: 20/01/2023.

CHOMSKY, Noam. *Mídia, propaganda política e manipulação*. São Paulo: WMF, 2019.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (coord.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

FRANÇA, Isadora Gonçalves. A Estrutura Ocidentalizada da imprensa no Brasil através da transmissão da Revolta dos Governados de 2013. *Revista Estudos Libertários*, v. 3, n. 7, abr. 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/41053/23143>>.

Acesso em: 19 out de 2023.

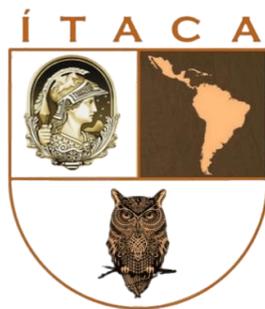
GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GOMEZ, Santiago Castro. Ciências Sociais, violência Epistêmica e o problema da invenção do Outro. In: LANDER, E. (coord.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

GROSGOQUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Dossiê: Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00025.pdf>>. Acesso em: 20/01/2023.

MORAES, Wallace dos Santos de. *2013 Revolta dos Governados ou, para quem esteve presente, Revolta do Vinagre*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2018.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do Poder e Classificação Social*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almeida, 2009.



QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (coord.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). Epistemologias do Sul. Edições Almeida; Coimbra, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. Lá creación del sistema mundial moderno. In: BERNARDO, L. Un mundo jamás imaginado. Bogotá: Editorial Santillana, 1992.